

Lusofonia, interculturalidade e globalização - a língua portuguesa como língua de ciência

Maria Manuel Baptista¹

*Quase toda a tese 'rígida', quer dizer,
pretensamente neutra revela uma mentira
do autor sobre si próprio.*

Rodriguez, 2012

*A ciência moderna, que expulsou do seu corpo a arte,
também nos dirá o que é a poesia?*

Hissa, 2013

Resumo

A presente reflexão discute a questão da produção científica na área das Ciências Sociais e Humanas em língua portuguesa, em particular no espaço da comunidade científica lusófona. Mas este estudo procura ir mais longe, colocando também de forma mais ampla a questão do uso da língua própria como questão central na criação de conhecimento em todas as áreas que visam a compreensão cultural do humano, em tempos de globalização e multiculturalismo cultural.

Em segundo lugar, defenderemos que a internacionalização científica, essencialmente regida pelas regras do mercado global, constitui um paradoxo (mas não necessariamente um obstáculo), instalado na interculturalidade tão repetida e estudada pelas ciências sociais e pelas humanidades. Finalmente, num terceiro momento, procuraremos argumentar em favor da ideia de que a globalização não pode ser entendida exclusivamente como expansão da língua e cultura de raiz e impulso anglófono, mas em múltiplas globalizações são possíveis e desejáveis.

Palavras-chave: Lusofonia; globalização; ciência; língua; interculturalidade

¹ Professora Associada com Agregação do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro e investigadora do Centro de Línguas, Literaturas e Culturas da Universidade de Aveiro. Investiga sobre identidade e lusofonia, estudos culturais em Portugal e nos PALOP's, história e sociologia da cultura. Entre a sua obra constam *Identity. Concepts, theories, History and Present Realities (an European overview)* (2015), *Cultura: Metodologias e Investigação* (2009), *Uma Cartografia Imaginária de Eduardo Lourenço - Dos Poetas e Amigos* (2008). E-mail: mbaptista@ua.pt.

Introdução

O que se pretende abordar no presente estudo é a questão da língua, em particular da língua portuguesa, na construção do conhecimento em ciências sociais e humanas. Ou, mais especificamente, da língua própria (no caso em apreço, o português), enquanto língua de ciência.

Quando nos referimos a ciência neste contexto, referimo-nos a um tipo de produção com aspirações a um conhecimento rigoroso, metodologicamente controlado e crítico, que, no caso das ciências sociais e humanas, permita simultaneamente estudar as especificidades culturais, favorecer a interculturalidade e até a própria internacionalização (embora esteja fora do âmbito desta reflexão discutir aqui as diferenças e coincidências entre ambas).

Pretendo partir da muito conhecida afirmação de Fernando Pessoa, “a minha língua é a minha pátria”, quer dizer, o lugar de onde eu vejo o mundo, a minha história, pessoal e colectiva, e mesmo o Outro ou Outros que se inscrevem em mim, através da minha memória cultural, numa presença que a própria língua se encarrega, simultaneamente, de velar e desvelar (Baptista, 2003, 2004).

É neste sentido que, para nós, a Lusofonia é o lugar de construção do bilinguismo/multilinguismo, o qual obriga, no mínimo, à pertença a várias pátrias, quer dizer, a mundos diversos e a diferentes memórias, que, frequentemente são pouco compatíveis entre si, comunicam pouco e são accionadas em diferentes momentos e oportunidades culturais. Ora tudo isto é mais vulgar e comum na pós-modernidade do que nunca antes o foi, qualquer que seja o momento da história da humanidade em que nos situemos. Hoje, a questão identitária é uma questão de múltiplas identidades e diferentes pertenças (Maalouf, 1998; Steiner, 1997 [1971]).

Talvez que alguma luz se possa fazer sobre esta questão se compreendermos duplamente que cada um de nós (como cada cultura) é sempre um Outro para alguém e que o Outro nunca é a pura exterioridade, mas é feito de imanência, pois que só existe a partir do acto linguístico que o nomeia, a partir da nossa própria memória cultural (Baptista 2009, 2011).

No caso da Lusofonia, o equívoco pode surgir, podendo ser-se levado a pensar que o caminho está feito, quando a realidade nos mostra que estamos numa encruzilhada (ou em várias) feitas de paradoxos e ambiguidades.

1. A língua própria como língua científica

Conscientes de que a língua própria como língua científica é uma questão de grande complexidade, limitar-nos-emos neste trabalho a considerar uma das dimensões desta problemática, que pensamos interpelar todos os investigadores em ciências sociais e humanas e mesmo a comunidade científica em geral, pois atravessa a própria natureza do seu trabalho, quer como investigadores, quer como professores.

Uma nota prévia porém: o que em seguida diremos não pode servir, de modo nenhum, para substituir o rigor do trabalho científico, o controlo metodológico pelos pares, a necessidade de uma constante vigilância auto e hetero-crítica da investigação.

Isto dito e tendo esta ideia sempre presente, pretende-se apresentar e explicitar aqui uma certa compreensão epistemológica em relação ao trabalho que designamos por investigação científica. Referimo-nos a todo o trabalho que em ciência os investigadores realizam sobre, com e a partir da língua própria, quando no âmago da produção de investigação e conhecimento em ciências humanas e sociais (Tarricone, 2011).

Esta constatação é especialmente válida no contexto dos estudos artísticos, humanos e sociais onde não se pretende produzir ciência universalmente objectiva (não há um *ponto de vista de Sirius*). Queremos aqui sublinhar que o conhecimento é contextual, cultural, interpessoal e autoral: “mesmo se *o sujeito é silêncio*, ele é, também, uma mostra da impossibilidade de sua ausência e uma mostra do lugar político de onde *ele profere o seu silêncio* e de onde *ele diz a sua impessoalidade*” (Hissa, 2013, p. 172)

Com efeito, a ciência não procura apenas a infinita descrição e nem mesmo apenas a compreensão do mundo, mas possui um impulso criador e é por isso que toda a argumentação científica tem uma estrutura narrativa.

Deste modo, mesmo no âmbito da escrita científica, o uso da linguagem não é estritamente científico (no mínimo há o estilo, as escolhas, a estrutura argumentativa, etc). Assim, fácil é verificar que todo o processo de escrita (também a científica, ou esta em primeiro lugar) é uma luta dentro da língua e com a língua, não se dando nunca fora dela.

Deste modo, a compreensão científica não pode ocorrer fora da linguagem e da língua que a fala, quer estejamos a falar da interpretação do observado, quer da criação ou imaginação de hipóteses (Bachelard, 1943). Ora estes processos, que podem dar-se no interior da nossa própria língua ou da alheia, são indissociáveis da construção científica.

E se, nas ciências em geral, comunicar e disseminar ciência pode ter uma natureza essencialmente descritiva, em ciências humanas e sociais compreender, expressar, criar são operações indissociáveis e ocorrem dentro de uma língua. Com efeito, compreender em ciências humanas e sociais é tentar, é ensaiar; é um olhar, uma linguagem, uma perspectiva sobre a realidade; por vezes mesmo uma luta entre a linguagem e a realidade (os 'factos') (Bachelard, 1938).

O que queremos aqui defender é a aproximação (mas não total coincidência) entre o trabalho científico e o trabalho literário, pois em estudos artísticos, humanos e sociais, criatividade e linguagem científica, não sendo idênticas, frequentemente coincidem. Não se defende porém que o trabalho que as ciências realizam com e sobre a linguagem seja de natureza ficcional, mas tão só literário, quer dizer criativo, e que ele é absolutamente essencial para a compreensão da realidade que estudamos.

É por isso que toda a escrita científica tem uma marca autoral e vive da inspiração maior ou menor do seu autor, revelando-se aí claramente a aproximação ao trabalho literário (Gumbrecht, (2010 [2004])).

Como diz Rodriguez (2012), a actividade científica é em primeiro lugar um exercício narrativo-literário do cientista ao próprio, do cientista aos seus pares e do cientista aos seus leitores. Se os recursos expressivos e literários do investigador são limitados, o resultado da sua comunicação não pode ser boa. Pelo contrário, o domínio cabal no uso e exploração dos recursos de uma língua trazem a possibilidade de uma qualidade extra ao trabalho científico.

Neste sentido, há má e boa literatura científica, como também se depreende das palavras de Boaventura Sousa Santos

(...) se analisarmos a carreira científica de alguns cientistas sociais preocupados com o rigor da linguagem (Lazarsfeld, Merton, Parson, Bourdieu, Touraine, Boulding, Bell, Galbraith, Hirschman [de entre tantos]), verificamos que à medida que os anos passam e eles avançam na sua investigação os seus textos tornam-se mais literários, metafóricos, imagéticos e analógicos. (1989, p. 128)

Sublinhamos, assim, em particular, as possibilidades criativas da linguagem, que permitem a exploração mais profunda e cautelosa dos diversos caminhos possíveis na produção científica, colocando-se o cientista, enquanto autor de textos científicos, no 'lugar ambíguo' entre leitor e autor, até para poder ter dúvidas (Rodriguez, 2012), um dos mais poderosos motores da produção científica.

Mas, como refere Rodriguez, as universidades, com a sua estrutura, convertem o acto da escrita em frustração e desmotivação, desviando a criatividade para outros suportes (2012, p.46), estimulando uma escrita que apenas se centra no uso acrítico e dogmático de bibliografia que se acumula, por vezes sem sentido nem criatividade, servindo mais para evitar o trabalho de reflexão do autor do que para construir um conhecimento balizado e dividido com os outros. Ou, como refere Hissa (2013), "há muitos exercícios, tomados como pesquisas, que, burocráticos, apenas cumprem formalidades" (p.50), esquecendo que na investigação científica há um "primeiro passo: *penso que escrevo*, em muitas situações, *para saber o que penso*. Isso significa que a escrita, de alguma maneira a representação do pensamento, *põe-me em movimento* no sentido da organização das ideias" (Hissa, 2013, p.23).

2. Comunicação em ciência, interculturalidade e lusofonia

Como não há ciência sem comunicação, pois ela visa sempre a publicação, ela organiza-se estruturalmente como uma actividade interpessoal e intercultural (o que não significa que ela vise toda e de imediato a internacionalização).

Porém, a interculturalidade que é visada nas áreas dos estudos artísticos, sociais e humanos não se resolve pela redução de toda a ciência produzida em línguas diversas à hegemonia da língua inglesa (o que constituiria a ortodoxia do

pensamento único), mas pela tentativa de compreensão do outro na sua diversidade linguística e cultural (Baptista, 2003, 2004).

Ora, aquilo a que temos vindo a assistir, é a uma espécie de sistema científico de livre-mercado globalizado, altamente concorrencial, instalado no coração da produção e comunicação em ciência. Esta situação renova, e até aprofunda, a constatação de Bordieu em *Homo Academicus*, na qual se refere que “o campo universitário reproduz na sua estrutura o campo do poder cuja acção própria de selecção e de inculcação contribui para reproduzir a estrutura” (2011 [1984], p.70).

Ao organizar-se como mercado, aponta no sentido de uma internacionalização, que equivale quase exclusivamente a uma globalização da ciência produzida e comunicada em língua inglesa, e com ela a uma globalização de formas linguística, literárias, criativas e interpretativas de raiz anglófona.

No entanto, nas palavras de Maalouf (1998, pp. 159-160),

ninguém deveria ser obrigado a ‘expatriar-se’ mentalmente cada vez que abre um livro, de cada vez que se senta diante de um écran, cada vez que (...) discute ou reflecte. Cada um devia poder apropriar-se da modernidade, em vez de ter constantemente a impressão de a estar a pedir emprestada aos outros.

Ou seja, é de uma visão do mundo que se trata de impor quando se defende a exclusiva utilização do inglês como língua de produção e comunicação em ciência, transformando a maior parte dos autores/cientistas e a literatura científica de origem não estritamente anglófona em expatriados produtores de ciência, que frequentemente se tornam criadores de textos científicos de insuficiente qualidade linguística, e portanto fracamente reflexivos, e mesmo de penosa leitura.

Ainda aqui serve plenamente a advertência de Maalouf ao considerar que “nada é mais perigoso do que procurar romper o cordão maternal que liga um homem à sua língua” (1998, p.158), mais ainda quando se trata de produzir conhecimento, como bem se pode compreender.

Na senda do que refere João Maria André (2012, p. 302),

a língua materna é o berço em que nascemos para os outros e para o mundo (...). Cuidar do pensamento e cuidar da cultura é também cuidar da língua através da qual somos capazes de dizer o pensamento e a cultura. Nessa língua se sedimentam e decantam memórias, tradições e identidades, nela foram

depositando os que nos precederam a sua compreensão do tempo e da história, nela ecoam contactos com os outros povos que nos fizeram na interacção com eles, desde os gregos e os latinos aos árabes e visigodos, desde os nossos vizinhos espanhóis aos franceses, ingleses e alemães.

E a globalização da ciência? Sim, se ela for simultaneamente localização e aprofundamento criativo em cada língua, em direcção ao que se quer compreender.

Com efeito, toda a ciência tem uma origem local, vive de uma motivação subjectiva e esconde as biografias que a fazem mover. Embora falar em literatura científica não seja falar em ficção, o facto é que toda a ciência é interpretação e recriação de factos através da linguagem e, portanto, não pode fugir à literatura.

Assim, a possibilidade de globalização dos nossos conhecimentos passa em primeiro lugar por um aprofundamento da produção científica em língua própria, que simultaneamente vise a interculturalidade e em última análise a própria globalização, que pode ser feita a partir quer da língua própria (no nosso caso, a construção da lusofonia é um modo de globalização em língua portuguesa), quer em direcção a outros modos de globalização em múltiplas línguas de larga expressão global. Quer dizer, por que não pensar também na globalização possível em língua castelhana, ou francesa ou italiana, ou genericamente de raiz latina, que seja reconhecida tão válida e científica como aquela decorrer a partir da língua inglesa?

A nós, cientistas em língua portuguesa cabe-nos pugnar pelo reconhecimento da possibilidade de uma globalização lusófona em ciência, que cruze línguas, conhecimentos e histórias próprias. Ou como diz, de forma muito mais perfeita Caetano Veloso:

Gosto de sentir a minha língua roçar

A língua de Luís de Camões

Gosto de ser e de estar

E quero me dedicar

A criar confusões de prosódia

E um profusão de paródias

Que encurtem dores

E furtem cores como camaleões
Gosto do Pessoa na pessoa
Da rosa no Rosa
(...)
E deixa os portugueses morrerem à míngua
Minha pátria é minha língua
Fala Mangureira
Fala!
Flor do Lácio Sambódromo
Lusamérica latim em pó
O que quer
o que pode
Esta língua

Vamos atentar para a sintaxe paulista
E o falso inglês relax dos surfistas
Sejamos imperialistas
Cadê? Sejamos imperialistas
(...)
Incrível
É melhor fazer uma canção
Está provado que só é possível filosofar em alemão
Se você tem uma idéia incrível
É melhor fazer uma canção
Está provado que só é possível
Filosofar em alemão
Blitz quer dizer corisco
Hollywood quer dizer Azevedo
E o recôncavo, e o recôncavo, e o recôncavo
Meu medo!

A língua é minha Pátria
eu não tenho Pátria: tenho mátria

Eu quero fráttria

(...)

3. (In)concluir – formas de resistência

Pretendo concluir esta reflexão com duas pequenas narrativas pessoais:

Como docente e investigadora de Cultura Portuguesa não me canso de estranhar o facto de os Projectos submetidos à Fundação para a Ciência e Tecnologia terem de ser exclusivamente redigidos em língua inglesa. Seria caso de dizer aqui que estamos face a um exemplo de desprezo cultural pela própria língua como língua de ciência.

O outro consiste numa nota de resistência e esperança e numa possibilidade diferente de internacionalização em ciência, que pode não ser exclusivamente anglófona (podendo também sê-la, obviamente), buscando outros caminhos possíveis: participei recentemente num grupo de trabalho de cientistas de países latinos sobre políticas públicas de desenvolvimento sustentável. Na ocasião, um cientista italiano dizia em língua inglesa: 'vou falar inglês aqui pela última vez...afinal com um pouco de paciência, persistência e hábito, podemos entender-nos todos nas nossas próprias línguas (português, espanhol, italiano, francês) de forma mais correcta, produtiva e confortável para todos'.

Sinal de esperança na possibilidade de imaginarmos modos diferentes de globalização, novas formas de real interculturalidade e efectiva comunicação internacional em ciência?

Referências bibliográficas

André, J. M. (2012). *Multiculturalidade: Identidades e Mestiçagem – o diálogo intercultural nas ideias, na política, nas artes e na religião*. Coimbra: Palimage.

Bachelard, G. (1938). *La Formation de l'esprit scientifique. Contribution à une psychanalyse de la connaissance objective*. Paris: Vrin.

Bachelard, G. (1943). *L'Air et les songes : essai sur l'imagination du mouvement*. José Corti.

Baptista, M. M. (2003). Da Cultura Europeia à Lusofonia: Pensar o Impensado com Eduardo Lourenço. *Metamorfozes*, 4, 45-54.

Baptista, M. M. (2004). Lusofonia, Globalização e Multiculturalismo 'pós-humanista'. Comunicação apresentada à 120th MLA Annual Convention, Filadélfia, 27/30 Dezembro.

Baptista, M. M. (2009). Comunicação Intercultural e Lusofonia – a Perspectiva da Semiótica da Cultura. In H. Sousa; S. Marinho & R. P. Rocha (Eds.), *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona 2008* (pp. 11-20). Braga: CECS/Lusocom/Sopcom.

Baptista, M. M. (2011). The construction of new identity(ies) for the Lusosphere: asynchrony and decentring. In A. M. Correia & I. C. de Sousa (Eds.), *Lusofonia – Encruzilhadas Culturais* (pp. 16-23). Macau: Saint Joseph Academic Press.

Bourdieu, P. (2011 [1984]). *Homo Academicus*. Florianópolis: Editora UFSC.

Gumbrecht, H. U. (2010 [2004]). *Produção de Presença – o que o sentido não consegue transmitir*. Rio de Janeiro: Editora PUC.

Hissa, C. E. V. (2013). *Entrenotas – Compreensões de Pesquisa*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Maalouf, A. (1998). *Les identités Meurtrières*. Paris: Grasset.

Rodríguez, V. G. (2012). *O Ensaio Como Tese – estética e narrativa na composição do texto científico*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.

Sousa-Santos, B. (1989). *Introdução a uma Ciência Pós-Moderna*. Porto: Afrontamento.

Steiner, G. (1997 [1971]). *Dans le Château de Barbe Bleu – notes pour une redefinition de la culture*. Paris: Gallimard.

Tarricone, J. (2011). *Hermenêutica e Crítica: o Pensamento e a obra de Benedito Nunes*. São Paulo: Editora da Universidade de S. Paulo/ Fapesp Pará: Editora da Universidade Federal do Pará.